

“PAIS APRENDIZES”?

Reflexões sobre a Transmissão Intergeracional na Contemporaneidade

Camila Miranda de Amorim Resende¹

Ana Maria Szapiro²

Resumo

Considerando a família atual como instituição perpassada por importantes transformações com destaque, em especial, para a questão do lugar da autoridade, este artigo propõe uma discussão sobre a problemática da transmissão geracional a partir de fragmentos de discursos de pais e mães entrevistados em uma pesquisa. Destacamos que o educar na família por muito tempo esteve associado ao início de um processo de formação que implica na sujeição do novo ser às normas da experiência coletiva o que demanda uma diferença clara de papéis entre pais e filhos. Na atualidade, no entanto, a dessimetria de lugares entre as diferentes gerações vem adquirindo um sentido de ilegitimidade. Neste cenário, pais têm demandado amparo de “especialistas” para educar seus filhos, dando destaque ao discurso científico como útil e orientador. Estaríamos, assim, diante de um novo modo de transmissão cuja ênfase não estaria mais no saber acumulado pelas gerações anteriores, mas na transmissão de informações que precisam estar sempre em atualização.

Palavras-Chave: Família. Contemporaneidade. Transmissão.

¹Mestre e Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS/IP/UFRJ.

²Doutora em Psicologia pela PUC-Rio. Pós-Doutora pela Universidade de Vincennes, Paris 8.

“LEARNING PARENTS”?

Reflections on Intergenerational Transmission in Contemporaneity

Abstract

Considering the current family as an institution pervaded by important transformations, with emphasis, in particular, on the question of the place of authority, this article proposes a discussion on the issue of generational transmission from fragments of discourses of fathers and mothers interviewed in a previous research. We emphasize that educating in the family for a long time was associated with the beginning of an education process that implies in the subjection of the new being to the norms of collective experience, which demands a clear difference in roles between parents and children. Nowadays, however, the desymmetry of places between different generations has acquired a sense of illegitimacy. In this scenario, parents have demanded support from “specialists” to educate their children, emphasizing scientific discourse as useful and guiding. We would thus be facing a new mode of transmission whose emphasis would no longer be on the knowledge accumulated by previous generations, but on the transmission of information that always needs to be updated.

Keywords: Family. Contemporaneity. Transmission.

Introdução

Mudanças em curso na concepção da instituição familiar têm sido objeto de debates sobre os caminhos que toma esta instituição no mundo contemporâneo. Chama atenção, em particular, a problemática da autoridade na família, questão que vem sendo intensamente debatida na atualidade.

Alguns autores que têm se dedicado à análise das transformações da família, como Gauchet (2009) e Lebrun (2008), observam que hoje a família não mais parece cumprir a função de instituição considerada como “célula base” (ARIÈS, 1986) das sociedades. Os autores destacam as recentes mudanças na família e apontam para o surgimento de uma crise de legitimidade da autoridade. Crise inédita, pois, pela

primeira vez, estaria emergindo uma geração de pais que parece problematizar para si mesmos a legitimidade de se colocarem como responsáveis por transmitir aos filhos as interdições que fazem parte e que conformam a vida em sociedade.

Tomando a família atual como instituição perpassada por transformações e, destacando, em especial, a questão do lugar da autoridade, este artigo propõe uma discussão sobre a problemática da transmissão geracional a partir de fragmentos de discursos de uma pesquisa anterior onde entrevistamos um grupo de pais e mães buscando investigar de que modo eles compreendiam o significado do ato de cuidar de filhos (RESENDE, 2015). Os entrevistados eram todos residentes de uma cidade metropolitana e tinham, pelo menos, um filho com menos de doze anos. Todos os pais e mães entrevistados moravam, na época da entrevista, com seus filhos e cônjuges. Duas questões se destacaram nos discursos dos entrevistados e serão aqui colocadas em discussão. Uma delas diz respeito ao sentido que adquire hoje a ideia de transmissão intergeracional. Outra se refere ao papel que o discurso dos “especialistas” ocupa atualmente no cotidiano da educação dos filhos. Tais questões sobressaem a partir do que se aponta como a atual crise do lugar de autoridade dos pais.

Aprender com os jovens: a cena contemporânea

Em “El inestimable objeto de la transmisión”, Legendre (1996) diz que a criança ao nascer vem compor um elo no interior de uma cadeia transgeracional, cadeia esta que é anterior e muito maior do que ela mesma, a criança. Esta criança se inscreve, assim, em um sistema de transmissão genealógica que se refere ao conjunto dos sistemas institucionais construídos pela humanidade para sobreviver e difundir-se. Através da sucessão de gerações, se transmitem os nomes, os valores, as representações simbólicas e o saber-fazer específico de um grupo cultural.

A respeito do que se transmite entre as gerações, Fábio, um dos pais entrevistados, aponta para dois aprendizados diferentes. Ele diz:

“Como a gente valoriza a inteligência infantil. (...) hoje em dia a gente se maravilha e percebe que eles sacam muito mais que a gente. A gente vai fechando a visão numa reprodução de atos, princípios, valores e até ideias, né? (...) Em muitos sentidos eu aprendo mais com eles [os filhos] do que eles comigo... Quer dizer, não é verdade... porque eles também têm que aprender muito com a gente. Mas eu aprendo mais o libertário com eles e eles aprendem mais o social, as regras do jogo”. (Fábio)

Fábio ressalta o quanto os pais aprendem com os filhos. Ao mesmo tempo, destaca que, quanto às questões de sociedade, são os pais que devem ensinar os filhos, o que Legendre (1996) nomeia de “transmissão genealógica”, ou seja, a transmissão que ocorre da geração anterior à geração seguinte. Esta transmissão genealógica seria, para Arendt (2009), aquilo que possibilitaria aos “recém-chegados” se inserirem no mundo no qual acabam de chegar. Deste modo, os mais novos formam parte de uma cadeia transgeracional, representando dela o mais novo elo. Tornando-se adultos, eles, por sua vez, passarão a transmitir às próximas gerações os códigos necessários à constituição da vida em sociedade. A referência ao passado forma a base deste processo de transmissão genealógica. Em culturas marcadas por este processo de transmissão, a geração dos mais velhos é considerada a geração dos mais sábios que, por terem acumulado mais experiências na vida, mais têm a transmitir.

No discurso de Fábio, no entanto, observamos também um movimento no sentido oposto que se expressa através do que aparece como uma ênfase na experiência não do passado em direção ao presente, mas sim do presente em direção ao futuro. A este respeito, Gauchet (2009) ressalta que vivemos hoje em sociedades que tendem a se separar da tradição e a se movimentar em meio a um processo onde o olhar para o presente efetua uma espécie de deslocamento permanente da dimensão deste tempo – presente – e vai se fixar no futuro. Neste cenário, os pais se tornariam os “velhos de um mundo ultrapassado” (SZAPIRO; RESENDE, 2010). Como sugere Fábio, os adultos “vão se fechando” pelas dificuldades de assimilar e conviver com o novo. Discursos veiculados pela mídia com títulos como “Crianças

surpreendem adultos e os ensinam a lidar com a tecnologia”; “Crianças ensinam pais a descartar corretamente o óleo de cozinha”; “Crianças ensinam pais a respeitar o meio ambiente” parecem representar essa crença. Brito (2005), igualmente, em seu artigo com o sugestivo título “De ‘papai sabe tudo’ a ‘como educar seus pais’”, relata uma pesquisa feita a partir da programação infanto-juvenil veiculada na televisão na qual as crianças antes submetidas a um “papai sabe tudo”, hoje parecem ter se tornado capazes de “ensinar seus pais”. Por estarem mais “abertas” ao novo, comenta Brito (2005), a programação sugere que as crianças se apropriam de certos conhecimentos mais rápido e mais facilmente do que os adultos.

A educação dos “recém-chegados”

Kant (1923/ 2011) em sua obra “Sobre a pedagogia” disse que o homem é a única criatura dos seres vivos que precisa ser educada. Para ele, o ato de educar se faz através de imposição de disciplina, de instrução e do cuidado da família e da escola de modo que as crianças, no futuro, não se deixem guiar por suas próprias vontades e aprendam a aceitar os limites que a vida social impõe a todos.

Assim é que, para Kant (1923/2011), o processo educativo não se faz sem constrangimento: a educação teria como objetivo tornar os homens capazes de exercer liberdade e independência no futuro. A educação em Kant é um processo de conquista de autonomia. Neste sentido, sua concepção de educação vê na criança um ser diferenciado do adulto, demandando dele cuidados para se desenvolver e se tornar adulto. Sobressai, nesta compreensão, a ideia de que a criança deve ser preparada para alcançar futuramente um estágio em que seja, então, capaz de exercer sua liberdade.

Ora, encontramos em Arendt (2009) concepção semelhante relativa à transmissão geracional. Para a filósofa, caberia à geração anterior, em geral representada pelos pais, a responsabilidade de transmitir aos “recém-chegados” as regras e os valores da sociedade em que viverão. Assim, os pais educam os filhos de modo a fazê-los compreender um conjunto de valores, de costumes e de

conhecimentos que conformam uma dada sociedade. Neste sentido, a criança, para Arendt (2009), é um “vir a ser”.

Nesta perspectiva, a concepção arendtiana sobre a educação corresponde à concepção kantiana, pois que, para ambos, a criança é um ser em desenvolvimento que depende de um outro para conquistar, na vida adulta, liberdade e independência. Educar na família representaria, deste modo, o início de um processo de formação que implica na sujeição do novo ser às normas da experiência coletiva. Ariès (1986) considera a família, nesta concepção, como a instituição base das sociedades. Nela há uma distinção clara nos papéis relativos aos pais e aos filhos, uma vez que adultos e crianças são considerados hierarquicamente diferenciados.

O discurso de Fábio ilustra, no entanto, uma nova compreensão sobre a educação, em especial quanto ao lugar dos pais, que parece apontar para uma mudança na compreensão do processo educativo e, portanto, do significado da infância.

Uma nova compreensão de infância?

A penetração na instituição familiar dos ideais de liberdade e igualdade, valores centrais nas sociedades atuais, como ressaltam alguns autores como Lebrun (2004; 2008) e Gauchet (2009), tem tido como consequência um questionamento da antiga configuração patriarcal da família. De fato, seja na família extensa ou na família nuclear burguesa, a figura masculina, o pai, sintetizava a figura da autoridade maior. Ainda que o patriarcado deixasse, pouco a pouco, de ser o sustentáculo de toda uma estrutura social, ao longo do processo de modernização a figura de autoridade centrada no homem seguia como um dos fundamentos sobre os quais repousava a família. O poder do homem permanecia como poder superior ao da mulher; os adultos, por sua vez, distinguiam-se das crianças pela sua experiência acumulada e, conseqüentemente, pela sua função de educar.

Hoje, entretanto, podemos dizer que mais do que a autoridade do pai é a autoridade parental que parece atravessar importantes abalos como consequência da

penetração dos ideais de igualdade e de liberdade na instituição familiar. Os anos sessenta e setenta do último século, marcados por lutas contra todas as formas de repressão e de discriminação e pela conquista de igualdade de direitos entre homens e mulheres, consolidaram a ideia de que o princípio organizador das instituições deveria sustentar-se na centralidade dos valores de autonomia e de liberdade. Como princípios, autonomia e liberdade individual passam a ser então direitos de início e não mais resultado de um processo, como compreendiam Kant e Arendt. Assim é que, na família, a relação verticalizada que marcava a diferença entre as gerações vem dando lugar, pouco a pouco, a relações horizontalizadas, com impactos importantes no exercício da autoridade parental, como observa Lebrun (2008). A este respeito, para Arendt:

A relação autoritária [...] não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado. (ARENDR, 2009, p. 129)

Entretanto, no novo contexto de configuração igualitária, acredita-se que a dessimetria de lugares que antes marcava a relação entre as gerações na instituição familiar adquire atualmente um sentido de ilegitimidade. Assim, pais e filhos tornam-se pares e nos colocam diante de uma nova problemática quanto à transmissão genealógica de que nos falava Legendre (1996).

“Antigamente, não, os mais velhos falavam e a gente obedecia. Hoje é difícil. É difícil educar uma criança hoje.” (Sandra).

“As minhas filhas fazem coisas que eu jamais faria... responder pai e mãe. (...) Eu tento passar isso, mas é tão complicado. (...)” (Sandra).

“Antigamente, eu achava assim que a criação era mais rígida, né? Era mais rígida (...) Os filhos hoje em dia... não sei... não deve ser nem por criação,

mas acho que o tempo vai mudando e... não sei o que atrapalha, que não é a mesma coisa. (...) Pai fala com filhos, os filhos, oh... fuma, bebe em frente de mãe e pai, fala palavrão”. (Cláudia)

“O adulto tá conversando, a criança entra, na minha época não entrava. Minha mãe olhava pra minha cara eu já sabia que era pra sair de perto, não precisava nem mandar sair. Hoje em dia eles entram e querem participar da conversa de adulto que não tem nada a ver com eles, a gente chama atenção e aí sai batendo pé ‘ai, mãe é chata, mãe é isso’.”. (Cláudia)

Estes são alguns extratos dos relatos de mães entrevistadas que assinalam mudanças no lugar da autoridade parental e sugerem que o exercício desta autoridade tal como acontecia na família hierarquizada está colocado em questão. Buscando enunciar limites aos filhos, pais entrevistados dizem que já “não é a mesma coisa”; que “está complicado”. Estaria, assim, em jogo o exercício de qualquer forma de governo que, como tal, supõe uma relação assimétrica entre quem governa e quem é governado? Em lugar de governo ou de processos de educação no sentido arediano ou kantiano do termo, parece que emergem, sobretudo, processos de “gestão” das relações entre pais e filhos, processos que se sustentariam na afirmação de um princípio de igualdade de lugares. Consonante a este discurso, um pai entrevistado se diz um colaborador de seus filhos. “(...) eu trato meus filhos assim, ‘oh, agora somos amigos, então o que eu puder colaborar eu vou colaborar, mas sem interferência.” (Alberto).

Tal compreensão do lugar paterno aponta para uma nova concepção de infância. A este respeito, Gauchet (2009) destaca o paradoxo que marca atualmente a ideia de infância: a criança deve ser protegida pelos adultos, uma vez que ainda não alcançou a maioridade, mas, ao mesmo tempo, deve ser compreendida como um ser autônomo, o que, nesse aspecto, não a diferenciaria do adulto. Tal concepção torna problemática a ideia de constituição de um ser independente, autônomo e livre como processo, como no projeto moderno de educação. Diz Gauchet:

A afirmação da diferença da criança e o reconhecimento de sua qualidade de sujeito de direito, após ter se desenvolvido solidariamente e se ajustado conjuntamente, chegaram a um grau de maturação que os fez atuar cada qual por si de maneira incontrolável e tornar sua articulação no cerne de uma prática regrada altamente problemática. (GAUCHET, 2009, p. 144-145)

Somos, assim, solicitados a tutelar a criança – como, por exemplo, estabelecido legalmente pelo artigo 227 da Constituição Brasileira¹ – mas devemos considerar, ao mesmo tempo, seu direito à autonomia e à liberdade. A justa defesa e a garantia dos “direitos da criança”, que alcançou no cenário contemporâneo grande destaque, têm sido muitas vezes apropriadas no sentido de afirmar até mesmo que a criança possui as mesmas capacidades que um adulto, como destaca Lebrun (2008).

Paulo, um dos pais entrevistados, nos revela novos modos de lidar com esta nova criança:

“Eu falei que você viesse pro quarto pra você pensar no que me respondeu. Desliga a televisão. Fica sentado, pensando. Quando você chegar a uma conclusão e você achar que tem que me pedir desculpas, você me procura”. (Paulo)

Aqui Paulo parece esperar que seu filho consiga, sozinho, fazer uma reflexão sobre o que fez e chegar a uma conclusão. Há, no discurso de Paulo, uma grande expectativa e credibilidade na capacidade de que o filho possa fazer esta complexa reflexão como um adulto que, por si mesmo, pode conseguir reconhecer seus excessos.

Esta cena sugere uma nova compreensão da infância segundo a qual a criança tem capacidade de construir-se por si mesma, observa Ottavi (2011), capacidade que parece já possuir desde sempre. Destaca-se, neste aspecto, a ênfase na espontaneidade infantil, bem como a crença na potência da criação veiculada pela livre atividade do sujeito.

O novo projeto de educação

A educação parece assim ganhar novos contornos a partir do momento em que se coloca a autonomia como ponto de partida inicial e não como uma conquista. Observa-se, neste cenário, a centralidade que a sociedade atual coloca na criança, bem como nas suas necessidades e capacidades, como destaca Gauchet (2009). Neste sentido, a pedagogia tradicional é criticada por “(...) desconhecer e refrear a espontaneidade criadora da criança...” (GAUCHET, 2009, p. 147). No âmbito escolar assistimos a transformações na ideia de infância sublinhando sua capacidade de reflexão, de construção e de desenvolvimento interno como capacidades características dessa fase da vida.

Voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências inerentes à própria criança, o projeto contemporâneo de educação passa a se distanciar da ideia de um processo de transmissão, o que conduz a um esvaziamento de todo o sentido da transmissão de um saber adquirido através da experiência acumulada geracionalmente, aponta Varenne (1986). Segundo este autor, os avós seriam, neste novo cenário, os representantes de uma geração cuja experiência tornou-se desprestigiada por não ter valor prático. Do mesmo modo, observa Szapiro, o saber adquirido pelos mais velhos é substituído pela busca de um conhecimento, como “um meio de atingir um fim prático” (SZAPIRO, 2013, p. 11). O sentido da experiência fica, assim, submetido ao imperativo da utilidade... No âmbito familiar, tais transformações contribuem para a desvalorização daqueles saberes transmitidos geracionalmente, considerados ultrapassados pela realidade atual.

Tais transformações vêm também produzindo nos pais uma demanda que se traduz em uma busca de amparo às decisões a serem tomadas quanto à educação dos filhos. Como pares de seus filhos, observamos nos pais entrevistados a busca do conhecimento dos “especialistas” como referências seguras sobre como educar.

Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobrehumano, mais precisamente, ‘científico’. (...) os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se

estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno. (COSTA, 1999, p. 15)

Nos relatos dos pais entrevistados observamos uma valorização do discurso científico considerado como um discurso útil e orientador sobre o que fazer. Foi este o terreno que, ao que parece, propiciou a multiplicação de especialistas que detêm o conhecimento que se busca como apoio à ação junto aos filhos. Seja atuando diretamente com as crianças ou com seus pais, ou mesmo através da produção de materiais instrutivos aos pais sobre como agir, como livros e manuais, os especialistas crescem em importância e presença na família.

“Ela pequenininha chorava muito, mas aí é neném, né, outra fase. Aí tinha um livro que dizia ‘deixa chorar’. Um livro que era ‘Nana nenê’. Você vai lá, diz que existe e sai e ele continua chorando.” (Fábio)

“O que eu posso fazer pra ser uma mãe melhor? Eu procuro... eu compro tudo quanto é livro pra eu ler (...)” (Mônica)

“Mas, assim, eu fico torcendo pra chegar às terças-feiras que é o dia da terapia, pra eu poder ir, e eu falar o que se passou na semana e ela poder me orientar, e eu aplicar isso em casa.” (Mônica)

“Isso tudo eu vou vivendo, vou anotando, aí quando chega na terça-feira, na terapia, eu vou passando a limpo, aí eu falo com a Dra. R. e ela: ‘então é isso, o caminho é esse’”. (Mônica)

A partir do que é dito pela terapeuta, Mônica, uma das mães entrevistadas, diz se sentir autorizada a tomar atitudes em relação às filhas. Estes discursos revelam a força e a importância de um conhecimento que tem seu estatuto de verdade garantido pela ciência. Através de manuais, de consultorias ou sessões terapêuticas, os pais

entrevistados na pesquisa que aqui comentamos demandam “modos de proceder” que possam ser aplicados com êxito nas circunstâncias do dia a dia. Instaure-se, assim, de certa forma, um “consumo” de conhecimentos necessários para educar os filhos. Neste sentido, Sayão e Aquino (2011) ressaltam que a família vem se tornando um filão mercadológico importante nos últimos tempos.

Embora a existência de “manuais” voltados à educação de filhos não seja recente, o valor que estes “manuais” adquirem nos dias de hoje é algo singular. A interrogação dos pais sobre a educação de filhos dirigida a esses manuais sublinha as transformações da autoridade parental.

São múltiplas as possibilidades de escolha no que diz respeito às orientações dos especialistas sobre educação de filhos, algumas inclusive contraditórias. Independente do “modo de proceder” escolhido, não é possível, no entanto, deixar de escolher.

Castel (1987) denominou de “mercadorias psicológicas” os recursos de regulamentação da vida cotidiana. Passamos a viver, diz o autor, a “promoção do psicológico por si mesmo”. Relações familiares e conjugais, sob forte influência de conceitos e práticas “psis”, passaram a determinar uma mudança decisiva de estatuto das técnicas médico-psicológicas que se voltaram ao “homem normal” (CASTEL, 1987, p. 133). Tais conceitos vão muito além das intenções iniciais da biopolítica apontadas por Foucault (1999). Integram-se ao centro de um governo da vida em todas as suas dimensões. Sob esta perspectiva, os discursos dos especialistas como dispositivos regulamentadores são tomados como “escolhas” racionais dos pais e, assim, se impõem de forma sutil e quase imperceptível. Acreditamos tratar-se de um modo novo que se aproxima dos “dispositivos de controle”, como nos alertou Deleuze (1992). Dispositivos que pertencem a uma ordem “psico-higiênica” que demanda um consumo intenso de novas informações, seja através de publicações que renovam seus conteúdos sem cessar, seja através de um movimento igualmente constante e incessante em busca de consultas a especialistas, não apenas médicos, mas profissionais psis, nutricionistas, fonos, fisios, que, neste contexto, funcionam como uma espécie de *coachs* da educação de filhos. Constituem-se, deste modo, meios

cada vez mais sofisticados e ampliados de regulamentação da vida, de regulamentação da educação.

Considerações finais

Que transmissão é possível?

A família contemporânea ao distanciar-se da família nuclear e ao se autonomizar gradativamente da experiência coletiva poderia ainda ser considerada uma “célula da sociedade”, como se referia Ariès (1986, p. 214)? De fato, a ênfase no desenvolvimento dos filhos ao não mais privilegiar a formação no sentido da preparação para a vida coletiva, não mais se assentaria igualmente na transmissão de valores do grupo cultural, mas tão somente na transmissão de informações necessárias à regulamentação da vida através de normas “psico-higiênicas”. Estaríamos, assim, diante de um novo modo de transmissão cuja ênfase não estaria mais no saber acumulado pelas gerações anteriores, mas nas informações sempre em atualização.

A transformação da lógica da transmissão, assim como o declínio do lugar da autoridade parental, parece ter nos conduzido a uma busca incessante por informações dos enunciados científicos que se tornaram o leme de orientação para a tarefa de educar. Trata-se, como nos sugerem os relatos dos pais na pesquisa que aqui destacamos, da busca de um amparo encontrado preponderantemente no conhecimento produzido pela ciência e cada vez menos nas diferentes experiências pertencentes ao patrimônio das gerações. A valorização dos profissionais que aqui denominamos sinteticamente de “especialistas” é legitimada pela garantia de verdade do discurso científico. Não é exatamente na autoridade daquela figura específica de médico ou de qualquer outro especialista que hoje nos amparamos, mas na autoridade do discurso científico que oferece o especialista. Discurso este que, como enunciado da ciência, se sustenta na validade por ela garantida.

Haveria assim uma demanda de aprendizagem permanente por parte daqueles que educam e que parecem querer fazê-lo com informações regulamentadas cientificamente. Isto nos permitiria compreender o grande número de materiais como blogues, livros, programas de televisão e publicações hoje voltadas a sugestões de como agir com os filhos.

Os enunciados científicos, no entanto, provisórios na medida em que novas descobertas surgem a todo momento, provocam uma demanda incessante por novas informações advindas das mais variadas fontes (contatos com especialistas, leitura de publicações especializadas etc.). Todos apresentam, portanto, demandas constantes de orientação sobre como educar.

Ainda que por vezes tenhamos encontrado nos relatos dos entrevistados opiniões mais críticas desse cenário, o amparo nas informações contidas nos enunciados científicos é uma constante como meio de apoio e referência às ações dos pais junto aos filhos. A crença vigente é a de que precisam estar bem capacitados para bem capacitar os filhos para o futuro.

“Aí eu sou assinante da ‘Crescer’, fico lendo muitas matérias sobre crianças assim e o pediatra também dela já tinha me alertado. (...) Ela realmente tem uma personalidade muito forte e então eu pensei ‘vou pra terapia, pra eu conseguir lidar com o jeito dela’.” (Mônica)

“Volta e meia vêm umas curiosidades assim e eu tento fazer mais ou menos umas coisas que eu já li e que até uma amiga minha que é psicóloga deu as dicas e tal... quando for responder... às vezes a gente quer também ser muito explicadinho e acaba falando demais pra criança, né, o que ela nem estava tão curiosa. Eu tento ir até aonde... perguntou aquilo, eu respondo aquilo. Se perguntar mais eu vou um pouco mais.” (Tatiana)

“Pensamos em tirar ela da escola, mas a fono falou pra não tirar porque poderia ser um pouco traumático pra ela, poderia ser até difícil e as

consequências poderiam ser até o contrário do que a gente tá querendo.

(...)” (Ricardo)

Uma nova concepção de aprendizado pautada em uma perspectiva de que o saber útil está nos enunciados científicos parece estar presente. Tal perspectiva pode levar os pais, como disse Fábio, um dos entrevistados, a se colocarem na posição de aprendizes e não exclui que eles possam, inclusive, aprender com seus filhos.

Considerar esse novo posicionamento dos pais – “aprendizes” – nos coloca diante da necessidade de empreendermos uma reflexão de profundidade sobre as consequências que advêm desta nova compreensão sobre a problemática da transmissão que parece, pouco a pouco, mas definitivamente, romper com a perspectiva de transmissão geracional presente em Legendre, Arendt, Kant, dentre outros. Trata-se, a nosso ver, de uma demanda de transmissão de toda informação que possa nos orientar em um tempo sempre em transformação: o futuro. É neste tempo – o futuro – que os saberes acumulados na experiência geracional parecem não ocupar mais um lugar.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRITO, Leila Maria Torraca de. De “Papai sabe tudo” a “Como educar seus pais”. Considerações sobre programas infantis de TV. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n.1, p.17-28, jan./abr. 2005.

CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315.

GAUCHET, Marcel. **A democracia contra ela mesma**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. 6. ed. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2011. (Original publicado em 1923).

LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEGENDRE, Pierre. **El inestimable objeto de la transmisión. Estudio sobre el principio genealógico en Occidente**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1996.

OTTAVI, Dominique. Enfance et violence: le miroir des médias vers une culture de l'imaturité. *In*: OTTAVI, Dominique; DUFOUR, Dany-Robert. **L'enfant face aux médias**: quelle responsabilité sociale et familiale? Paris: Fabert, 2011. p.5-29.

RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Reflexões sobre a família contemporânea: um olhar sobre o cuidado. Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

SAYÃO, Rosely; AQUINO, Julio Groppa. **Família**: modos de usar. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

SZAPIRO, Ana Maria. Do humano e da técnica: por uma clínica da pós-modernidade. **Rev. Polis e Psique**, v. 3, n.2, p. 4-18, 2013.

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.22, n.1, p. 43-49, 2010.

VARENNE, Hervé. Love and Liberty, la famille américaine contemporaine. *In*: BURGUIÈRE, Andre. et al. (orgs.) **Histoire de la famille**: le choc des modernités. Paris: Armand Colin, 1986. p. 533-562.

Nota:

¹ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)” (BRASIL, [2020])